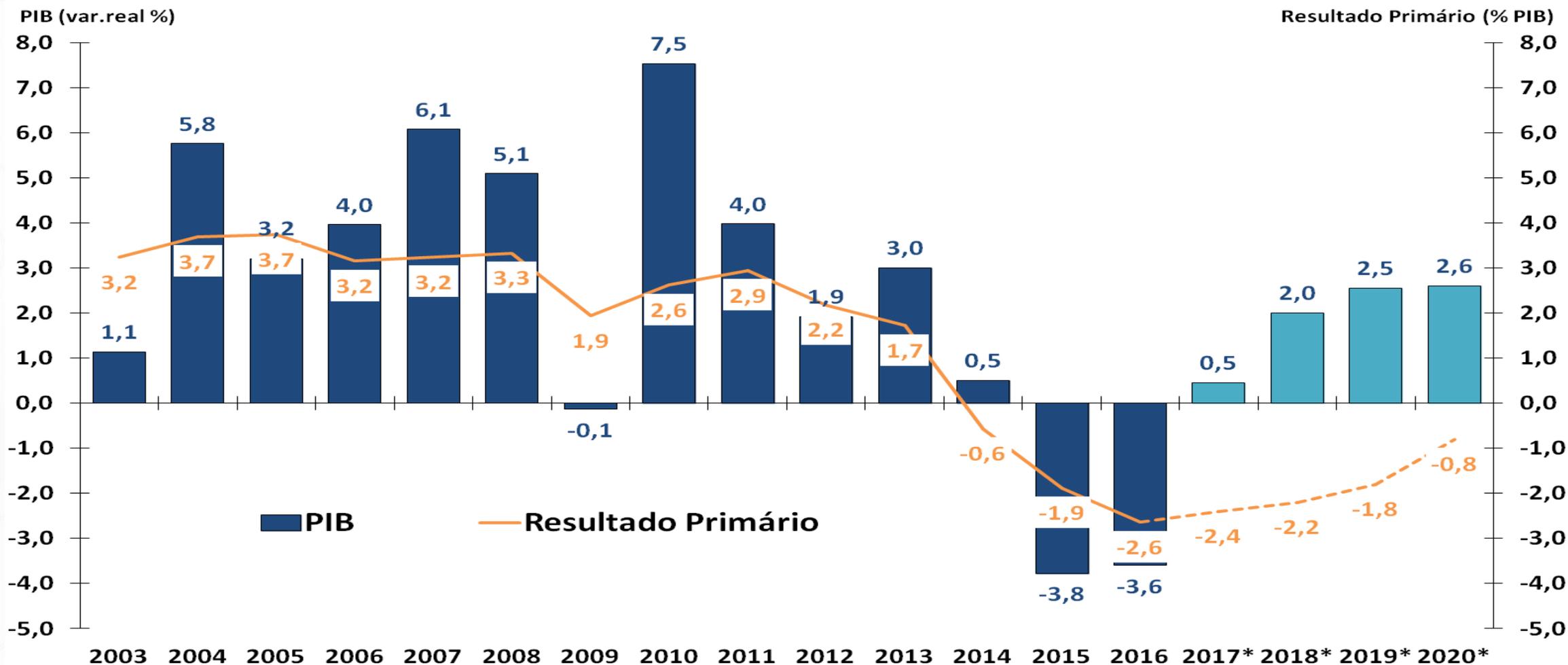


# REQUISITOS FISCAIS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTADO



**DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA**  
Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

# A ATUAL CRISE ECONÔMICA POSSUI UM FORTE DETERMINANTE FISCAL



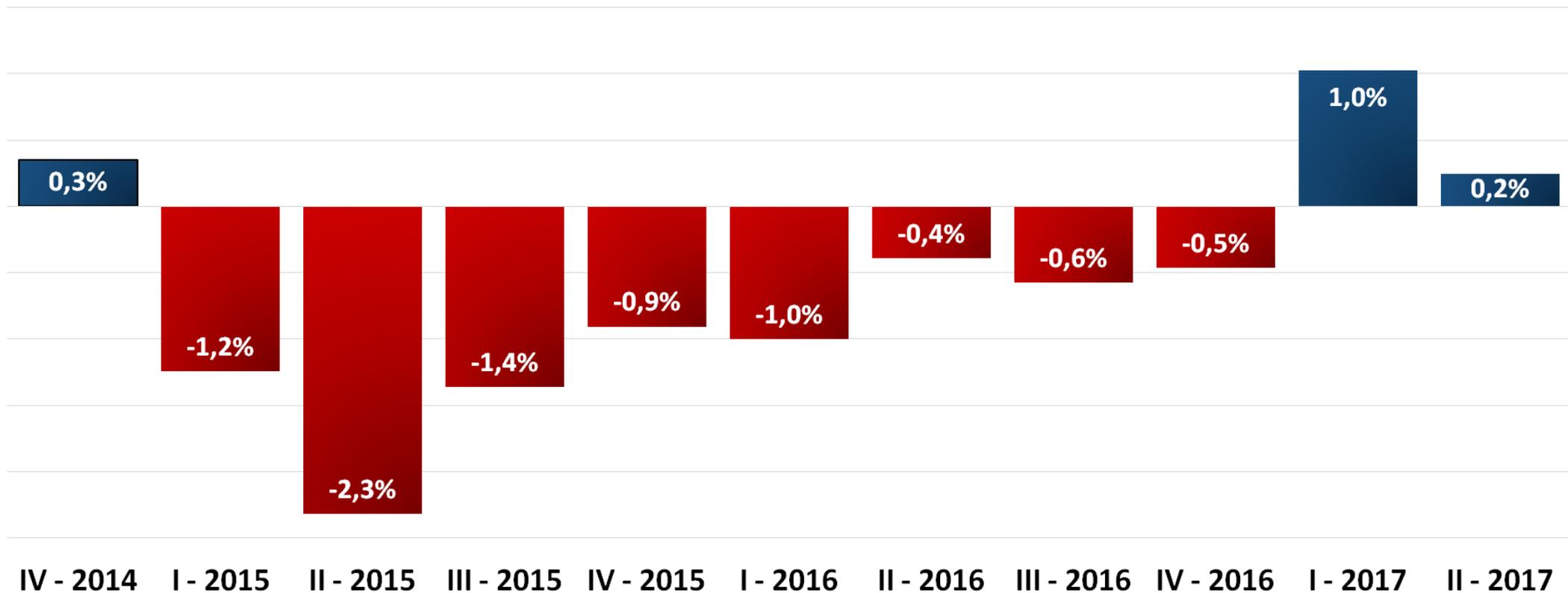
Fonte: IBGE e BCB. Elaboração: MPDG.

\* PLN 17/2017 e Grade de Parâmetros Macroeconômicos (SPE/MF) de 16/08/2017.

# A POLÍTICA ECONÔMICA E AS MEDIDAS JÁ ADOTADAS FIZERAM COM QUE O PAÍS SAÍSSE DA RECESSÃO

✓ O PIB trimestral interrompeu 8 trimestres consecutivos de queda

Produto Interno Bruto  
Var. % T/T-1 (com ajuste sazonal)



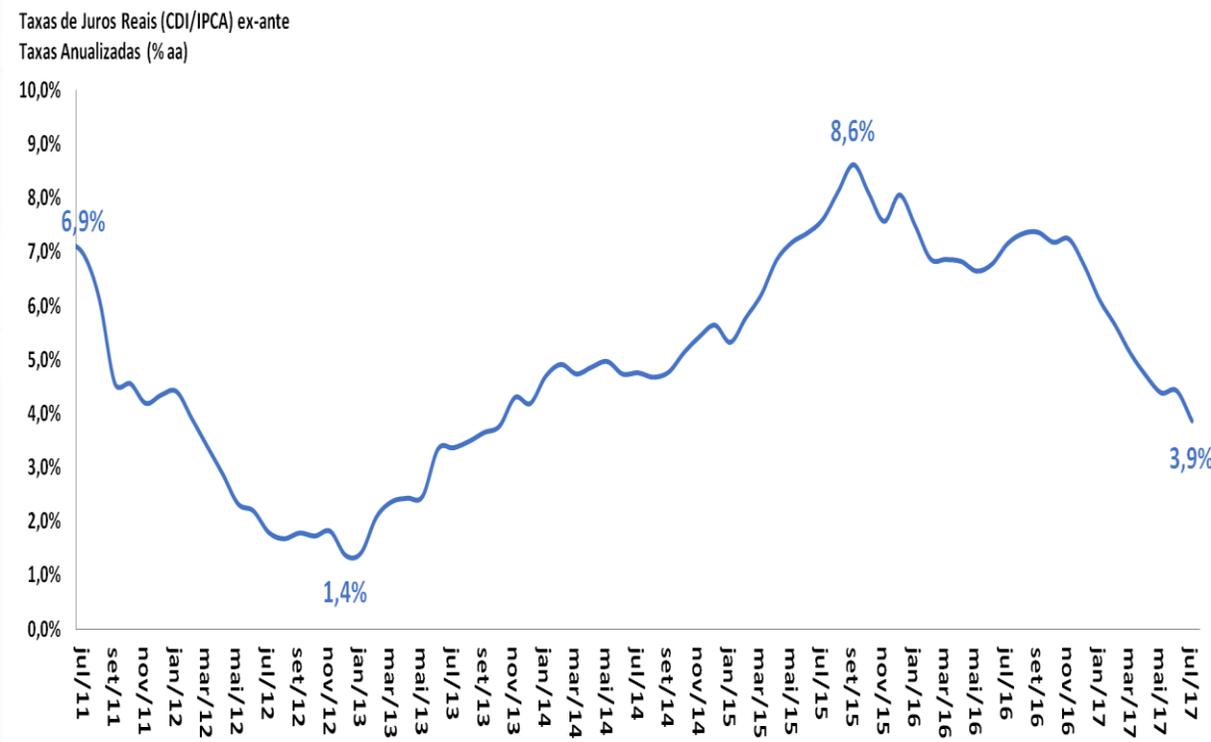
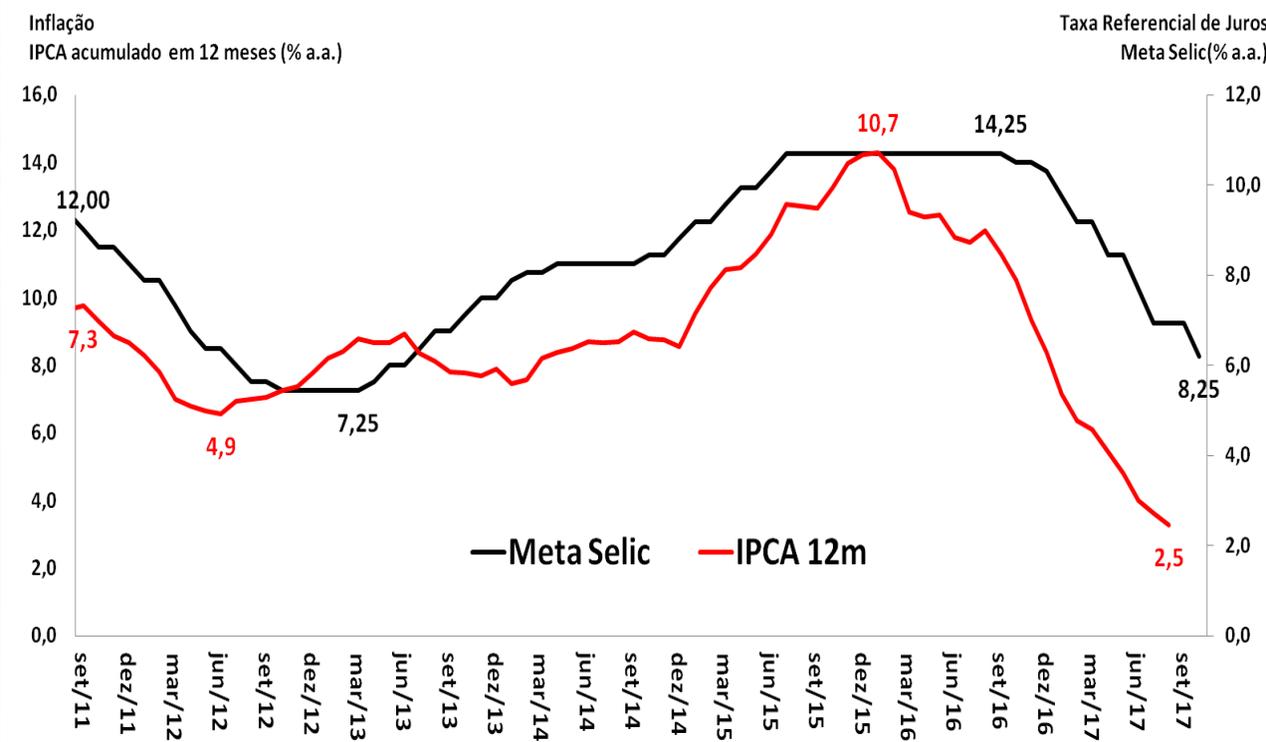
Fonte: IBGE. Elaboração: MPDG.

# A ECONOMIA COMO UM TODO REGISTRA BOA RECUPERAÇÃO

- ✓ O resultado do 2º trimestre do PIB registrou +0,6% para o setor de SERVIÇOS, acelerando dos +0,2% observados no 1º trimestre, e +1,4% para o CONSUMO DAS FAMÍLIAS, após 9 trimestres de queda.
- ✓ A PRODUÇÃO INDUSTRIAL (PIM) registra +0,9% no acumulado jan-jul/17 (carry-over de +2,2% no ano).
- ✓ O COMÉRCIO AMPLIADO (PMC) registra +0,3% no acumulado jan-jun/17 (carry-over de +3,7%).
- ✓ A SAFRA AGRÍCOLA será recorde este ano com previsão de +31,1% ante 2016.
- ✓ O EMPREGO registra criação líquida de 112,6 mil postos formais de trabalho no acumulado jan-jul/17 (CAGED). A TAXA DE DESEMPREGO reverteu tendência de alta, recuando para 12,8% em jul/17 ante 13,7% em mar/17. Desde mar/17, a POPULAÇÃO OCUPADA cresceu 1,7 milhão de pessoas.
- ✓ Com o controle da inflação, o RENDIMENTO MÉDIO REAL cresceu 3,0% em jul/17 ante sua mínima em jun/16. O mesmo ocorreu com a MASSA DE RENDIMENTOS REAL, que cresceu 2,3%, ou +R\$ 4,2 bi/mês.

# A QUEDA DA INFLAÇÃO REDUZIU DE FORMA SUSTENTÁVEL OS JUROS

✓ A INFLAÇÃO recuou 8,2 pp entre dez/15 e ago/17, levando a ganho no PODER AQUISITIVO DAS FAMÍLIAS incentivando o CONSUMO, e redução 4,7 pp nos JUROS REAIS FUTUROS com efeito positivo de redução do CUSTO DO CAPITAL promovendo a retomada do INVESTIMENTO.



Fonte: IBGE e BCB.

\* Juros Reais ex-ante: razão CDI/IPCA esperada 12 meses à frente com base nos contratos de swap DI-Pré e na mediana Focus para o IPCA.

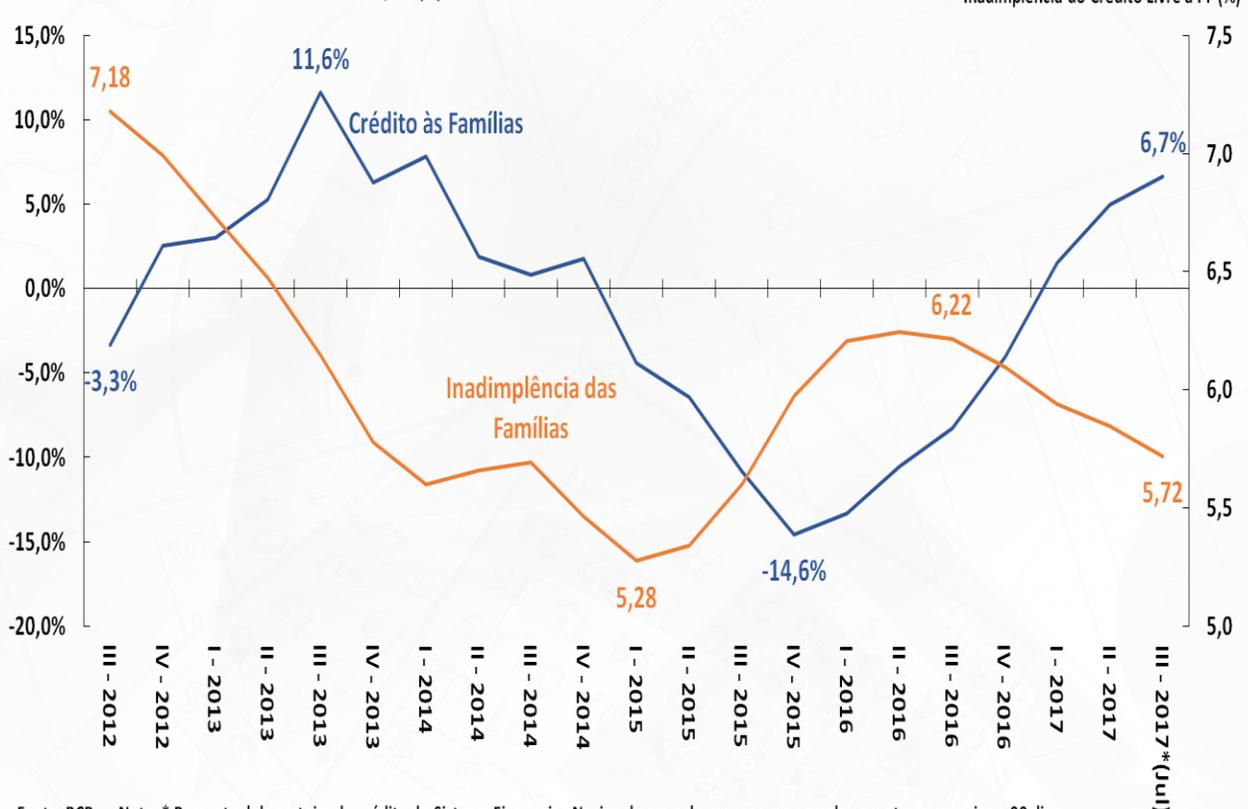
Fonte: IBGE e BCB.

Elaboração: MPDG.

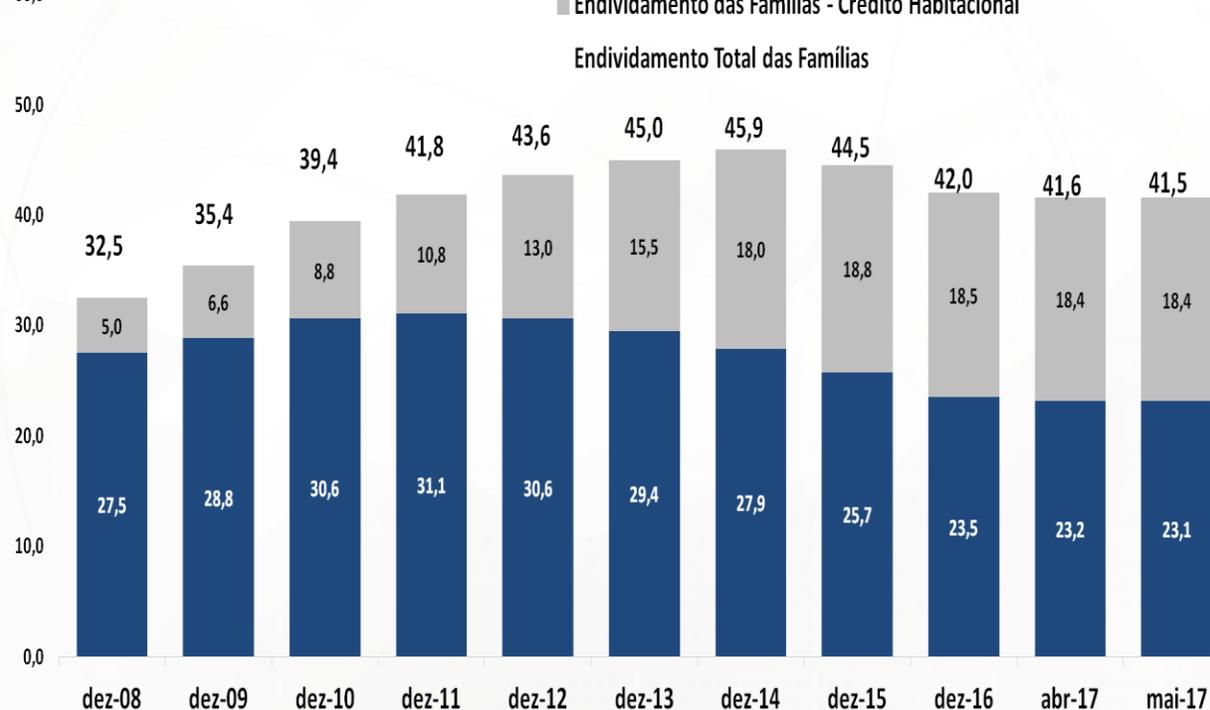
# AS CONDIÇÕES DE CRÉDITO ÀS FAMÍLIAS MELHORARAM

✓ A **TAXA DE JUROS** anual do crédito total às famílias recuou 5,7 pp entre jul/16 e jul/17, levando ao aumento das **NOVAS CONCESSÕES REAIS**, e melhora da **INADIMPLÊNCIA** e do **ENDIVIDAMENTO TOTAL**.

Novas Concessões de Crédito Livre à PF - Var. Real T/T-4 (%)



Endividamento\* das Famílias  
% da Renda Acumulada em 12 Meses



Fonte: BCB. \*Endividamento = relação entre o valor atual das dívidas das famílias com o Sistema Financeiro Nacional e a renda das famílias acumulada nos últimos doze meses.

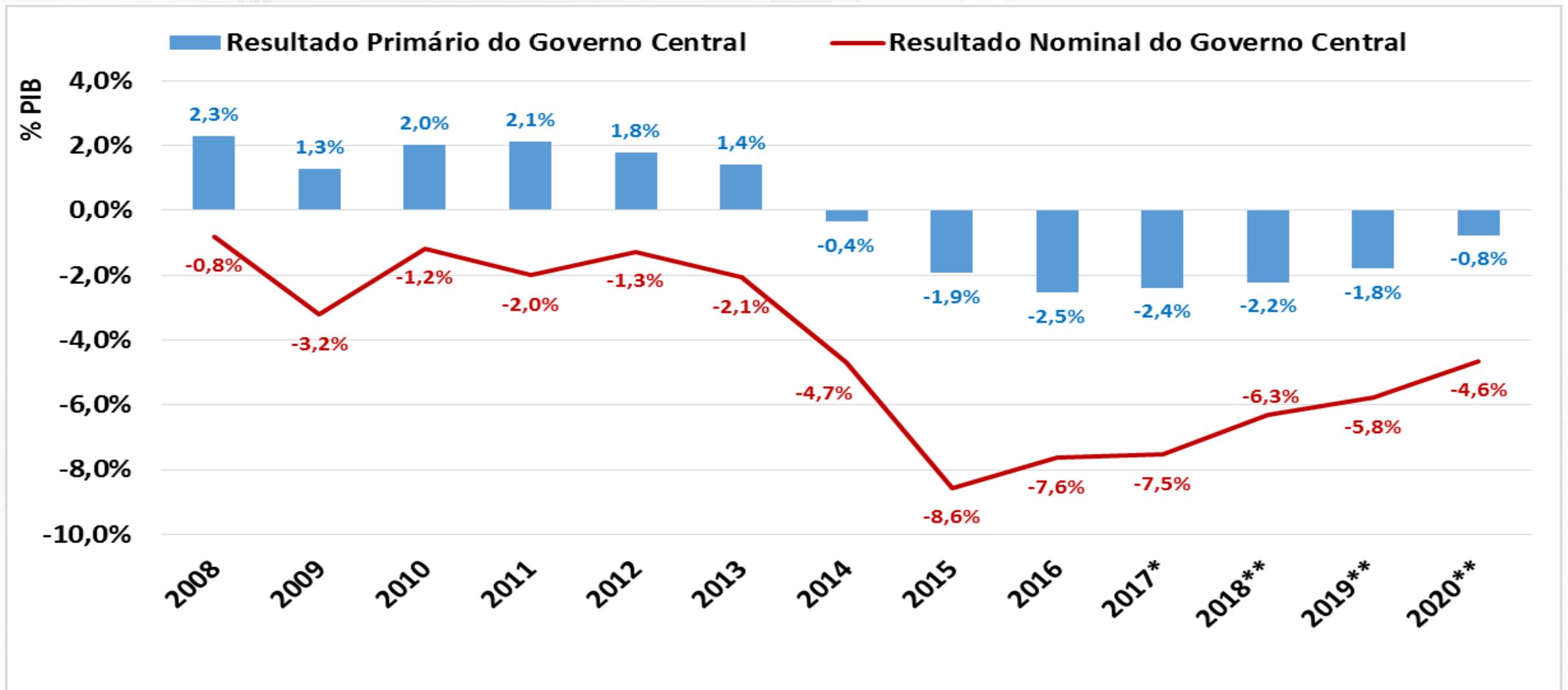
Fonte: BCB. Nota: \* Percentual da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional com pelo menos uma parcela com atraso superior a 90 dias.

Elaboração: MPDG.

# OUTROS INDICADORES APRESENTAM ÓTIMO DESEMPENHO

- ✓ O SETOR EXTERNO registra forte recuperação com SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL alcançando em agosto mais de US\$ 63 bilhões no acumulado em 12 meses, recorde histórico.
- ✓ O DÉFICIT EM TRANSAÇÕES CORRENTES, no acumulado em 12 meses, vem recuando desde abr/15, quando registrou 4,4% do PIB, e já alcançou 0,7% do PIB em jul/17.
- ✓ Os fluxos líquidos de INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS vêm crescendo, alcançando US\$ 84,5 em jul/17 no acumulado em 12 meses, ou 4,2% do PIB, representando alta de 18,0% em relação a jul/16.
- ✓ As RESERVAS INTERNACIONAIS, mantêm-se em excelente nível, de US\$ 381 bilhões em jul/17, representando 31 meses do valor anual médio das importações brasileiras de bens.
- ✓ A percepção de RISCO-PAÍS pelo *Credit Default Swap* (CDS) de 5 anos alcançou 187 bp em set/17, menor valor desde dez/14 quando o Brasil ainda contava com o GRAU DE INVESTIMENTO pelo S&P e Fitch.
- ✓ O IBOVESPA registrou, em set/17, 72.643 pontos maior valor desde nov/10, após a crise internacional.

# A MELHORA DO RESULTADO NOMINAL MOSTRA QUE JÁ HÁ EFEITOS CONCRETOS DO PROCESSO DE AJUSTE FISCAL

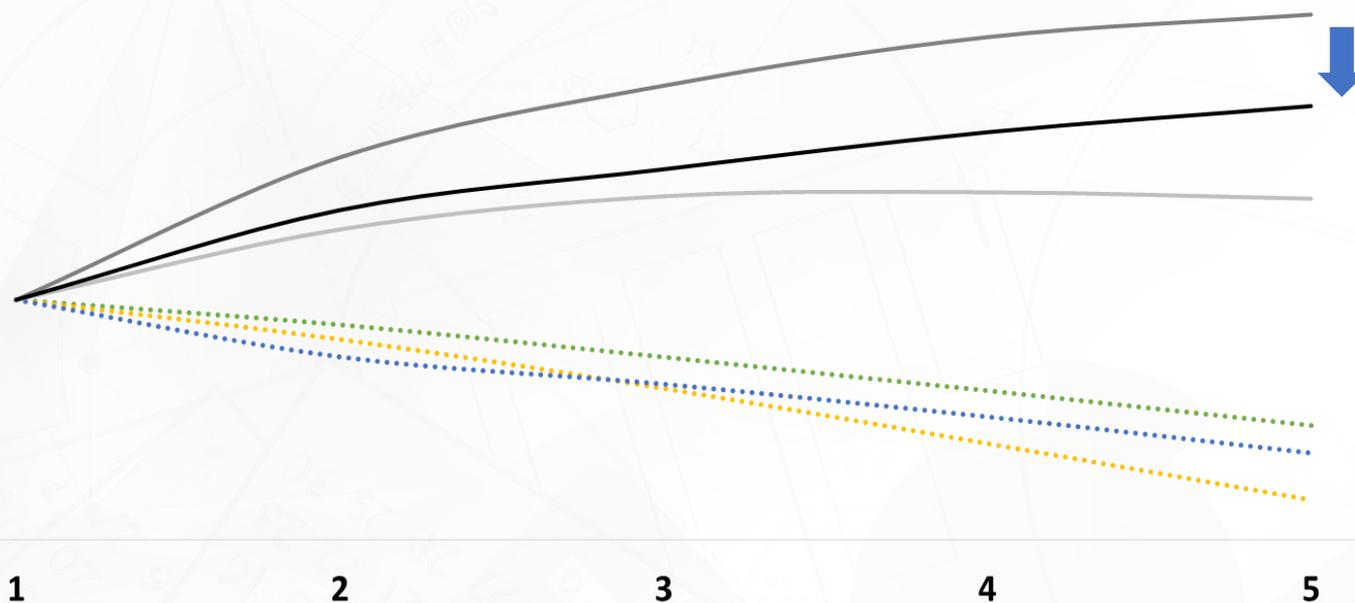


LDO 2017 (meta nova) \*\* LDO 2018 (meta nova).

Fontes: BCB, STN/MF e SOF/MP. Elaboração: MPDG.

# AS EXPECTATIVAS DE SOLVÊNCIA FISCAL MELHORARAM

## Solvência da dívida Bruta com pressupostos do Focus



Em 2017, há reversão da tendência de deterioração do caminho da dívida. Melhora do crescimento de longo prazo e redução da taxa de juros.

Piora nos últimos anos devido o menor crescimento do PIB, queda do superávit primário e elevação da taxa de juros.

\* Focus 08/09/2017

..... 2004    ..... 2007    ..... 2010    — 2015    — 2016    — 2017\*

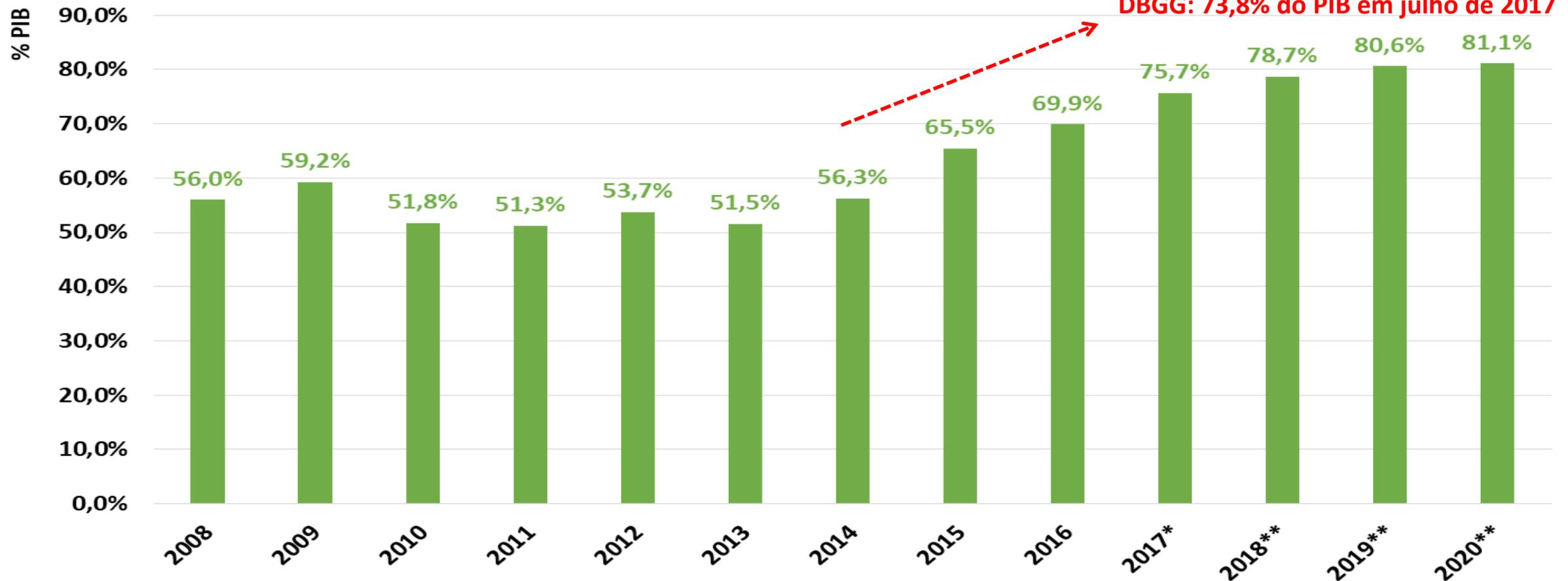
Fonte: BCB. Elaboração: SEPLAN/MPDG.

Nota: Cenário de convergência da dívida pública utilizando as projeções do Focus para a taxa Selic, inflação, crescimento e superávit primário, segundo a seguinte relação:

$$D_t = \frac{(1 + i_t)}{(1 + \pi_t)(1 + g_t)} D_{t-1} - sp_t$$

# E À ESTABILIZAÇÃO DA DÍVIDA QUE CRESCER 17,5 pp DO PIB DESDE 2014

Dívida Bruta do Governo Geral (Metodologia utilizada a partir de 2008)



Fontes: BCB, STN/MF e SOF/MP. \*LDO 2017 (meta nova). \*\*LDO-2018 (meta nova).

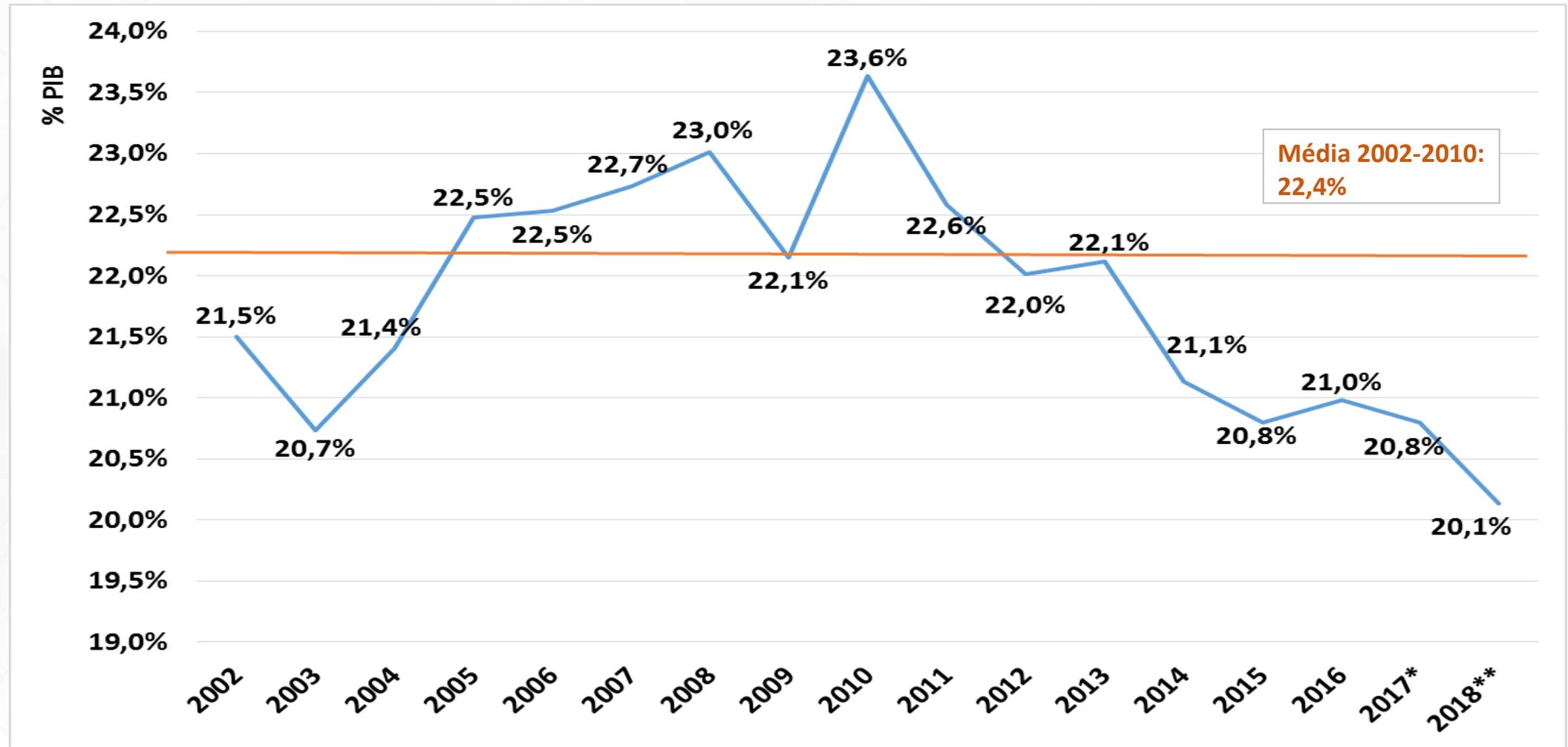
Elaboração: MPDG.

# A CRISE FISCAL IMPÕE DESAFIOS, EXIGINDO MEDIDAS ESTRUTURANTES

- Os **desafios fiscais** envolvem tanto a Despesa quanto a Receita.
- A crise fiscal obriga os órgãos da administração pública a, de forma descentralizada, **aumentarem a eficiência** de sua despesa.
- Paralelamente, o governo federal implementa uma agenda de **Modernização da Gestão Pública e Eficiência do Gasto** .
- A melhoria na oferta de serviços públicos passa pela **revisão da despesa pública e retomada da arrecadação**.

# A ATUAL CRISE FISCAL É MARCADA PELA EXPRESSIVA QUEDA DA RECEITA PRIMÁRIA

## Evolução das Receitas Primárias em % do PIB

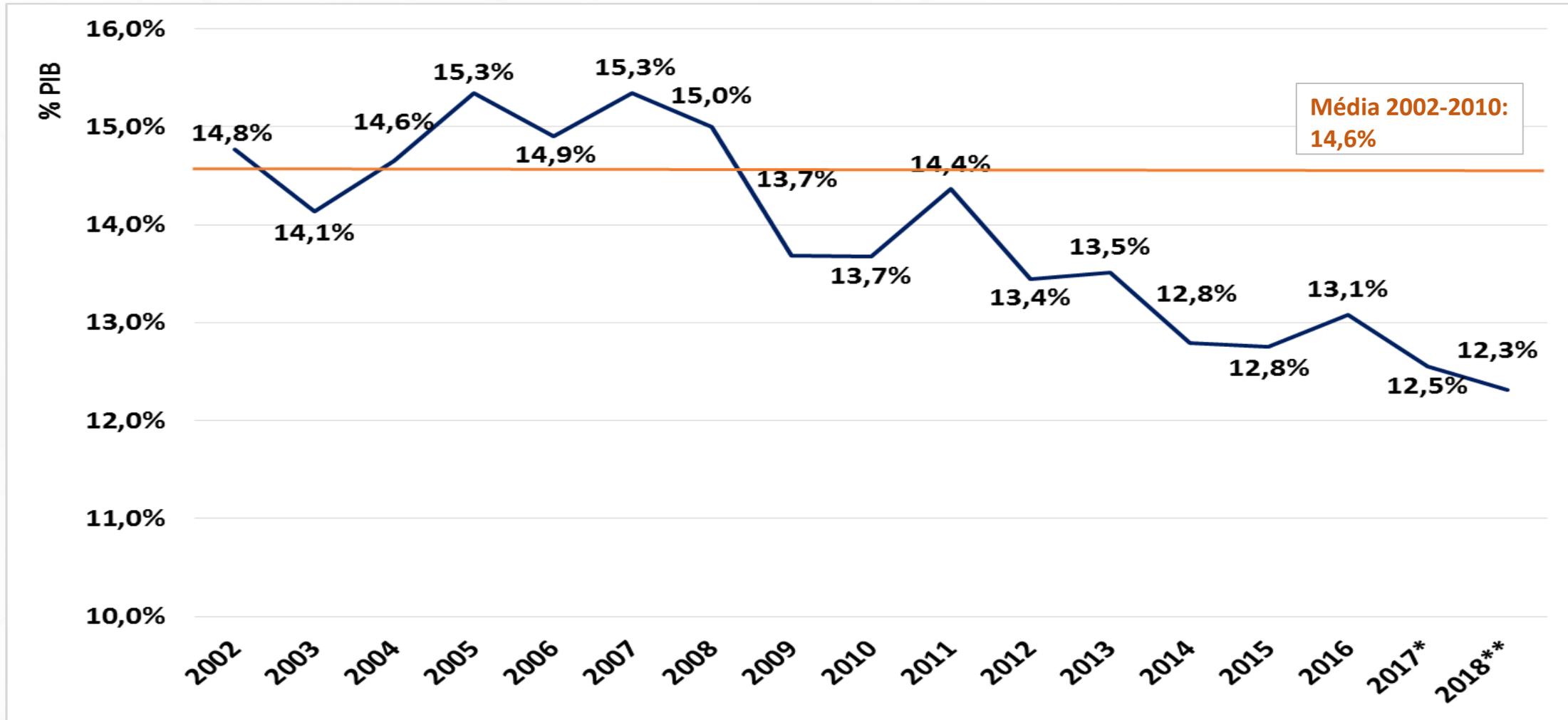


\*Relatório de Avaliação do 3º Bimestre. \*\* PLOA-2018.

Fonte: STN/MF e SOF/MP. Elaboração: MPDG.

# ESPECIALMENTE DA ADMINISTRADA, EM QUASE 2 pp DO PIB ANTE MÉDIA 2002-2010

## Evolução das Receitas Administradas em % do PIB



\*Relatório de Avaliação do 3º Bimestre. \*\* PLOA-2018.

Fonte: STN/MF e SOF/MP. Elaboração: MPDG.

# DESAFIO FISCAL: DESALINHAMENTO ENTRE ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E PRODUTIVA

## Participação setorial da arrecadação federal e do PIB (% do total)

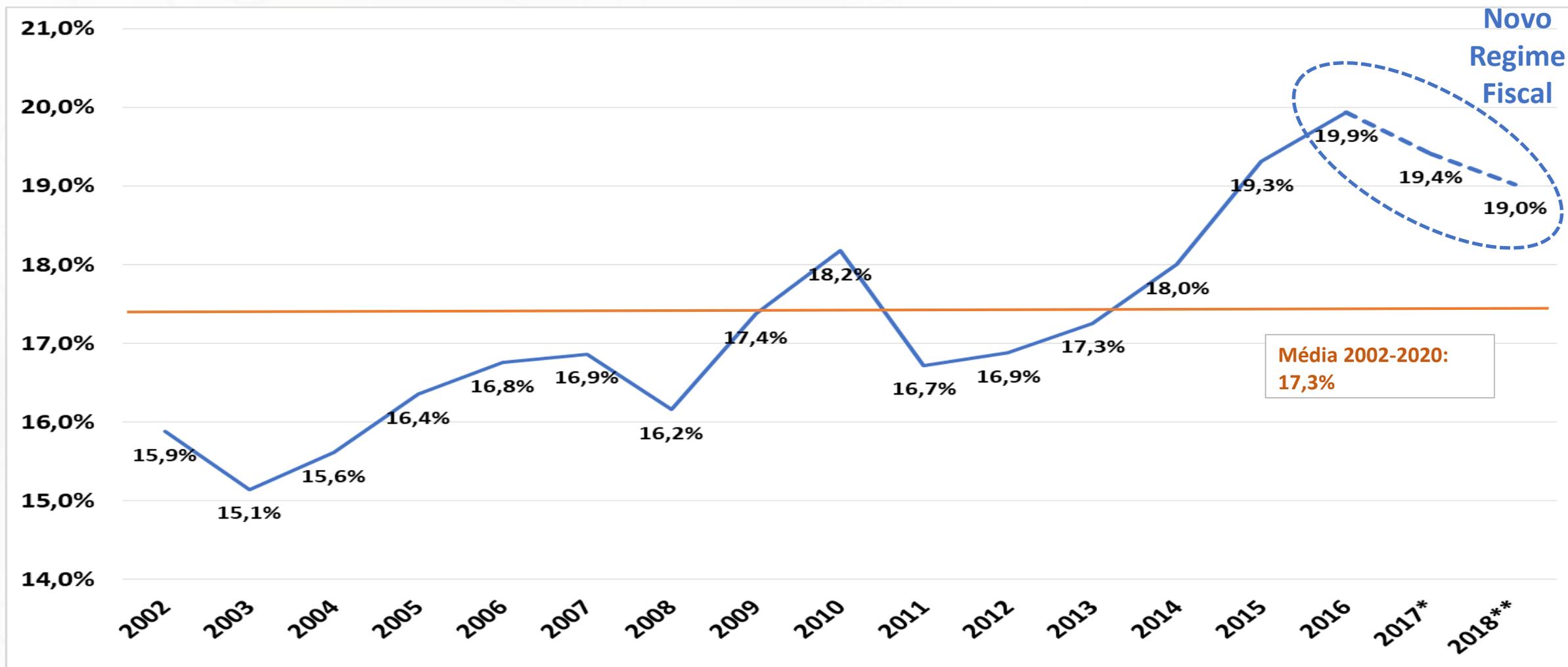
Percentual - total	Média 2011-12			Média 2015-16			Diferença entre 2015-16 e 2011-12		
	Agropecuária	Industria	Serviços	Agropecuária	Industria	Serviços	Agropecuária	Industria	Serviços
<b>Imposto total -RFB</b>	<b>0.28%</b>	<b>39.74%</b>	<b>59.98%</b>	<b>0.27%</b>	<b>34.20%</b>	<b>65.53%</b>	<b>0.00%</b>	<b>-5.54%</b>	<b>5.54%</b>
Imposto sobre bens	0.10%	66.83%	33.06%	0.05%	65.64%	34.31%	-0.05%	-1.19%	1.24%
Imposto sobre a renda	0.37%	29.76%	69.88%	0.39%	21.23%	78.38%	0.03%	-8.53%	8.50%
Imposto sobre faturamento	0.23%	43.08%	56.69%	0.18%	42.18%	57.64%	-0.04%	-0.91%	0.95%
Contribuição previdenciária	0.75%	32.14%	67.11%	0.80%	27.65%	71.55%	0.05%	-4.49%	4.44%
PIB	5.0%	26.6%	68.4%	5.2%	21.8%	73.0%	0.2%	-4.8%	4.6%
Emprego (PNAD contínua)*	11.6%	23.0%	65.4%	10.2%	21.4%	68.4%	-1.4%	-1.6%	2.9%

Fonte: RFB e IBGE. \* Para o período de 2011-12, considerou-se somente os dados do ano de 2012, quando a pesquisa inicia.

Elaboração: SEPLAN/MPDG.

# A CRISE TAMBÉM É MARCADA PELA CONTÍNUA ELEVAÇÃO DA DESPESA PRIMÁRIA

## Evolução das Despesas Primárias em % do PIB



\*Relatório de Avaliação do 3º Bimestre. \*\* PLOA-2018.

Fonte: STN/MF e SOF/MP. Elaboração: MPDG.

# DESAFIO FISCAL: ENGESSAMENTO DA RECEITA E GASTO PREVIDENCIÁRIO

Despesas Primárias	2010		2016		2017	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Benefícios Previdenciários -Urbano	198.769	28%	396.561	32%	435.065	34%
Benefícios Previdenciários -Rural	56.089	8%	111.310	9%	124.705	10%
Pessoal e Encargos Sociais (Inativos e pensionistas)	74.046	10%	110.777	9%	122.088	9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	22.502	3%	48.990	4%	53.635	4%
Pessoal e Encargos Sociais (Ativos)	94.359	13%	147.094	12%	160.985	12%
Gasto da Saúde (exc.pessoal)	51.745	7%	99.804	8%	103.834	8%
Seguro Desemprego	20.779	3%	37.667	3%	41.977	3%
Gasto da Assistência Social (exceto pessoal e BPC) (inclui Bolsa Família)	16.565	2%	32.056	3%	31.654	2%
Gasto da Educação (exc.pessoal)	18.830	3%	34.543	3%	31.360	2%
PAC	22.082	3%	42.043	3%	26.776	2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.742	1%	23.328	2%	24.874	2%
Abono	9.029	1%	18.347	1%	16.930	1%
Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União	6.665	1%	13.004	1%	14.149	1%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0%	17.593	1%	13.822	1%
FUNDEB (Complem. União)	5.353	1%	13.675	1%	13.037	1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	2.095	0%	10.163	1%	11.273	1%
Demais Despesas Obrigatórias	24.195	3%	43.191	3%	24.893	2%
Demais Despesas Discricionárias do Executivo	78.542	11%	49.246	4%	37.469	3%
<b>Despesa total</b>	<b>706.388</b>	<b>100%</b>	<b>1.249.393</b>	<b>100%</b>	<b>1.288.525</b>	<b>100%</b>

88,9%



49,7%



96,1%



53,4%



97,1%



57,1%



Despesa paga. Para Inativos e pensionistas de 2010 e 2016, despesa empenhada.

Fontes: até 2016, Resultado do Tesouro Nacional e Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Para 2017, Relatório de Avaliação do 3º Bimestre.

Elaboração: MPDG.

# REFORMAS ESTRUTURANTES: REORIENTAÇÃO DA DESPESA

- ❑ **Novo Regime Fiscal:** EC 95/2016 estabeleceu teto para a despesa primária.
- ❑ **Prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023.**
- ❑ **Reforma da Previdência:** busca por um sistema equilibrado e sustentável, alinhado com a nova realidade demográfica da sociedade brasileira.
- ❑ **Reestruturação das carreiras do funcionalismo:** alinhamento com a realidade do setor privado e com a realidade fiscal do país.
- ❑ **Taxa de Longo Prazo (TLP – MP 777):**
  - ❑ maior transparência nas contas públicas
  - ❑ maior potência da política monetária, permitindo redução estrutural dos juros

# MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA DO GASTO

- ❑ **Comitê de Monitoramento e Revisão de Políticas Públicas (CMAP):** revisão de programas e políticas públicas para melhoria da qualidade do gasto:
  - ❑ **Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez:** até 04/ago foram cancelados 203 mil, com economia estimada de R\$2,7 bilhões/ano.
- ❑ **Novo FIES:** barateamento de juros dos financiamentos, redução de inadimplência pelos formados e sustentabilidade do programa.
- ❑ **Redução de 11 ministérios.**
- ❑ **Redução real de 7,2% das despesas de custeio administrativo** no 1ºS/2017 face ao 1ºS/2016.
- ❑ **Redução de 4.184 Cargos, Funções e Gratificações** com economia de R\$ 193,5 milhões.
- ❑ **Programa de Desligamento Voluntário – PDV** (MP 792/2017); jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional; licença sem remuneração, com pagamento de incentivo em pecúnia.

# MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA DO GASTO

- ❑ **Nova Lei das Estatais.**
- ❑ **Redução no quadro** de pessoal efetivo das estatais não dependentes em mais de 11 mil (2%) colaboradores no primeiro semestre do ano.
- ❑ **Indicador de Acompanhamento da Governança nas Estatais Federais (IAG):** estabelecerá rating que dará selos de governança para as empresas.
- ❑ **TáxiGov:** 5 meses de operação, 12 ministérios utilizando o serviço com economia aferida de 61,24%. Potencial de economia de R\$ 210 milhões com a ampliação para todo país;
- ❑ **Programa Nacional de Regularização Fundiária:** simplificação do processo, afetando diretamente mais de 150 mil famílias de baixa renda.

# MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA DO GASTO

- ❑ **Alienação de imóveis** da União: lançado em abril o Plano Nacional de Alienação, visando a reduzir gastos e aumentar a arrecadação com a venda de imóveis.
- ❑ **Painel de Preços**: maior transparência e controle; média de 4.000 acessos/dia; pesquisa em 15 min (antes 45 dias); e economia de R\$ 4 milhões/ano.
- ❑ **Processo Eletrônico Nacional (PEN)**: meta de 185 instituições até outubro de 2017; economia de R\$ 20 milhões pela cessão do sistema pelo TRF-4.
- ❑ **MP nº 788/17**: disciplina a restituição de créditos públicos, como Benefícios de Prestação Continuada (BPC), transferidos indevidamente a pessoas já falecidas. No âmbito do Governo Federal o volume de recursos é de mais de R\$ 55 milhões/mês, com potencial de recuperação de R\$ 600 milhões.

# MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA DO GASTO

- ❑ **Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV):** a Lei 13.463/2017 permite ao governo resgatar valores depositados há mais de dois anos e não sacados pelos beneficiários, promovendo maior eficiência na alocação de recursos estimados em R\$ 8,6 bilhões.
- ❑ **Nova Instrução Normativa de Serviços (IN 5/2017):** 10 dias para editais e contratos (antes 45 dias); pagamento por resultado; e gestão por indicadores.
- ❑ **Aperfeiçoamento do sistema de transferências voluntárias** para maior transparência, governança e gestão de risco: Rede Siconv, Painel Siconv, Siconv Cidadão.
- ❑ **Portaria MP 234/2017:** racionalização da despesa com novas aquisições de bens e prestação de serviços, definindo limites para gastos em 2017.

# O GOVERNO DIGITAL É IMPORTANTE AGENDA DA GESTÃO PÚBLICA



Plataforma que visa o **provimento de um serviço de autenticação única do cidadão** para interação e consumo de serviços governamentais, em cumprimento ao Decreto da Plataforma da Cidadania Digital (D8936/16).



Plataforma que **visa a integração de cadastros de identificação dos cidadãos**, desonerando-o da obrigação de prestar informações já sob a custódia da Administração em todas as vezes que for consumir serviços públicos.



Plataforma que **visa a facilitar o acesso a serviços públicos digitais**, permitindo localizá-los numa base única, solicitá-los, acompanhar seu trâmite e avaliar a qualidade do atendimento prestado.



Plataforma de visa o **compartilhamento e a integração de informações e serviços** entre diferentes aplicações de órgãos distintos de Governo, em cumprimento ao Decreto Cidadão (D6932/09).



Plataforma que **visa a simplificar o acesso e o compartilhamento de diferentes bases de dados** governamentais, com o objetivo de aprimorar as políticas públicas com base em dados, de forma segura e pouco onerosa.

# A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É O PRINCIPAL REQUISITO FISCAL PARA O CRESCIMENTO SUSTENTADO

- A garantia da sustentabilidade da previdência assegura o ajuste fiscal e a sustentabilidade das contas públicas no longo prazo.
- O equilíbrio fiscal de longo prazo ancora as expectativas de maneira sólida, possibilitando uma redução sustentável das taxas de juros de longo prazo.
- A redução dos juros recupera a capacidade de consumo das famílias e de investimento das empresas no longo prazo.
- A aprovação da reforma da previdência possibilitará geração de emprego e elevação da renda, melhorando as condições socioeconômicas da nossa população.
- Permitirá também ao Brasil retornar aos seus níveis de crescimento potencial.

# DESAFIO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL

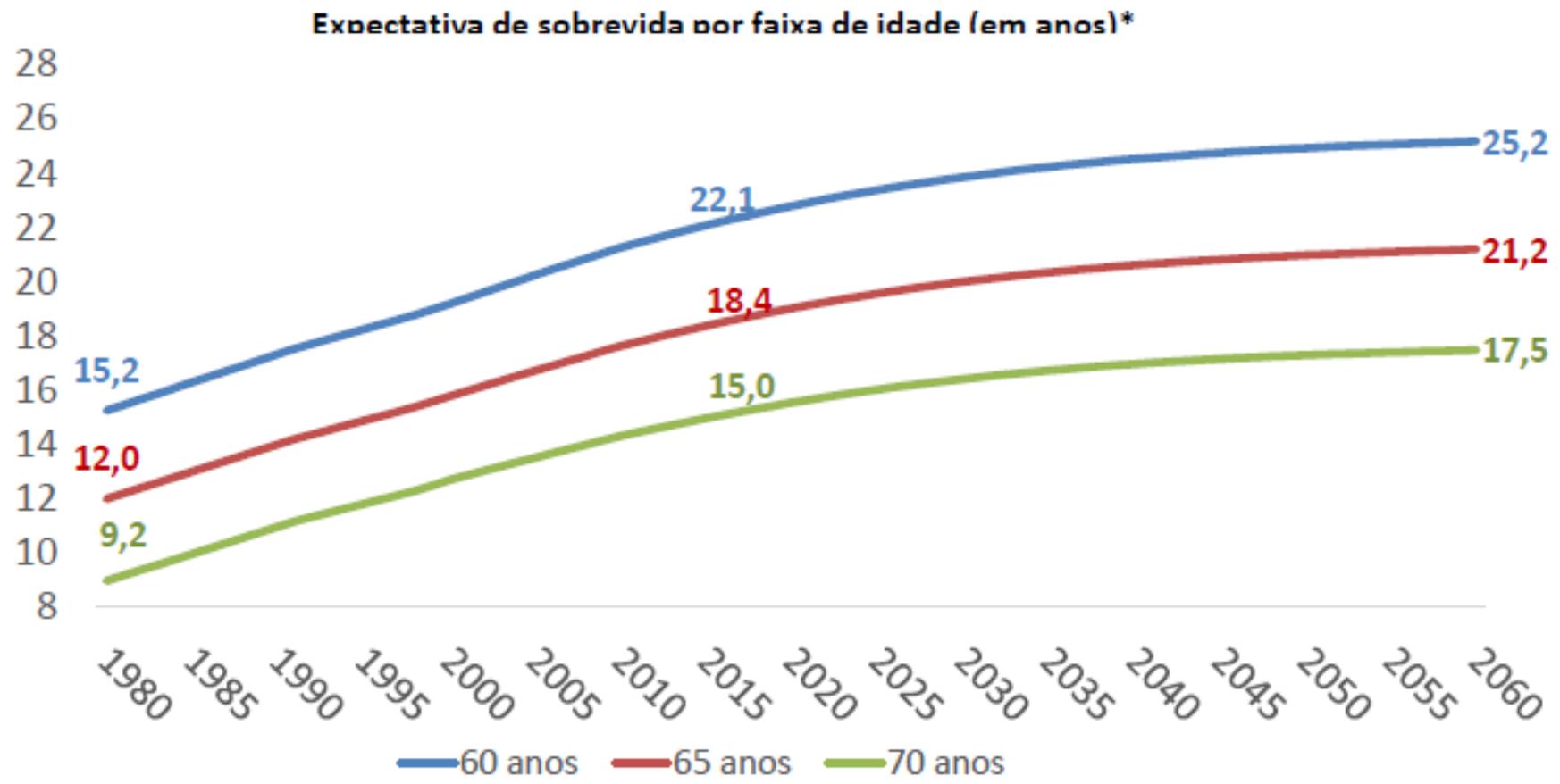
As projeções populacionais mostram que, em 2060, teremos menos pessoas em idade ativa que hoje. Ao mesmo tempo, o número de idosos irá crescer 262,7% nesse mesmo período.

**Projeções da População Brasileira**  
(em milhões de pessoas)

	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	Idosos / Adultos
2015	47,4	140,9	16,1	11,5
2020	44,3	147,8	20,0	13,5
2030	39,3	153,9	30,0	19,5
2040	35,4	152,6	40,1	26,3
2050	31,8	143,2	51,3	35,8
2060	28,3	131,4	58,4	44,4
<b>Variação % 2015 a 2060</b>	<b>-40,3%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>262,7%</b>	<b>286,1%</b>

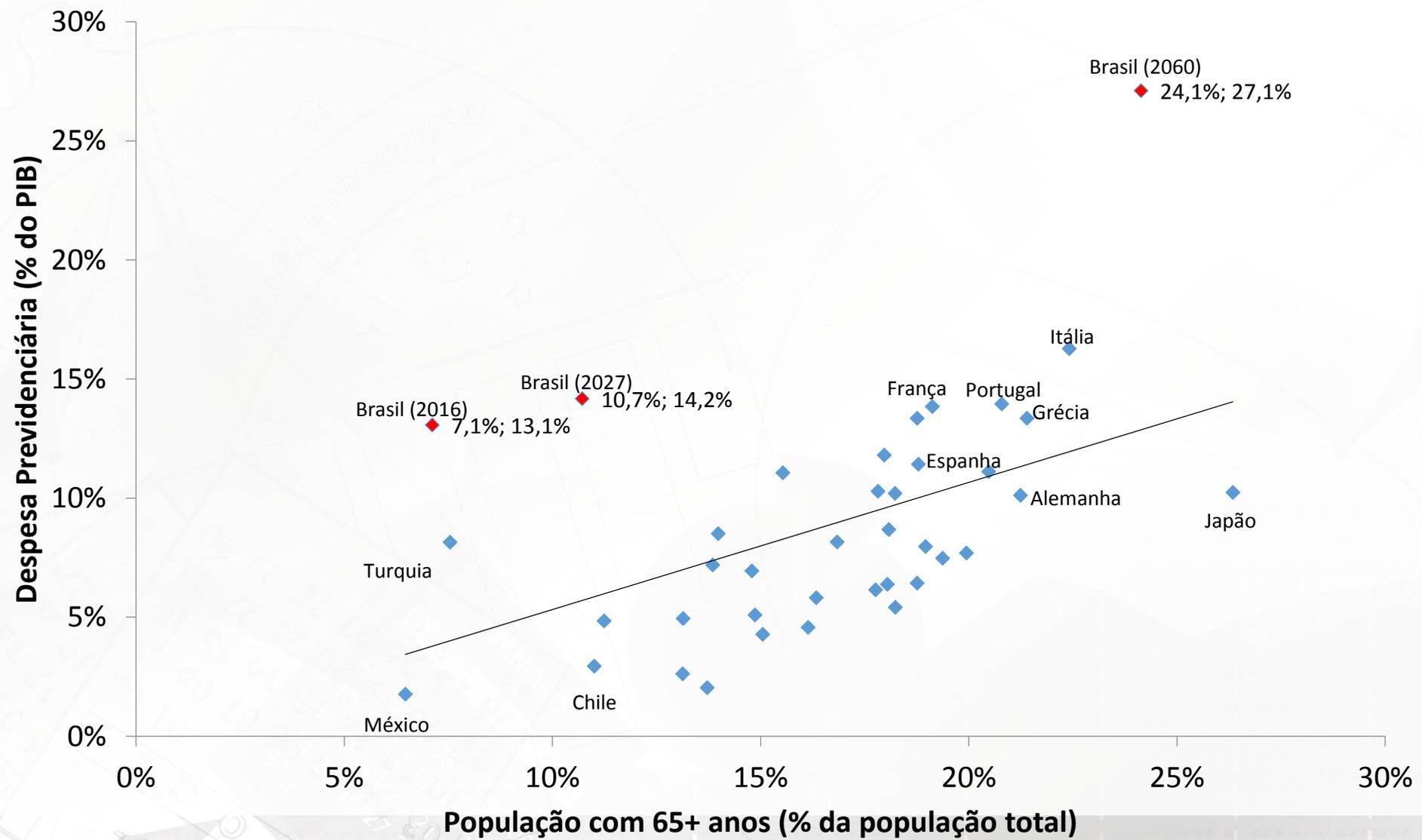
# A EXPECTATIVA DE SOBREVIDA ENTRE OS IDOSOS CONTINUARÁ AUMENTANDO COM O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

A expectativa de sobrevida cresce em todos os segmentos etários, inclusive entre os mais idosos, o que implica maior duração no pagamento de benefícios. Nesse sentido, a idade de aposentadoria no nosso País já deveria ter sido atualizada, se tivéssemos levado em consideração o fator demográfico passado, tomando como base o ano de 1980.



Fonte: IBGE. Projeção Populacional de 2013. Elaboração: MPDG.

# O BRASIL GASTA MUITO COM PREVIDÊNCIA, ATÉ MESMO PARA PADRÕES INTERNACIONAIS: NÃO SOBRAM RECURSOS PARA OUTRAS ÁREAS



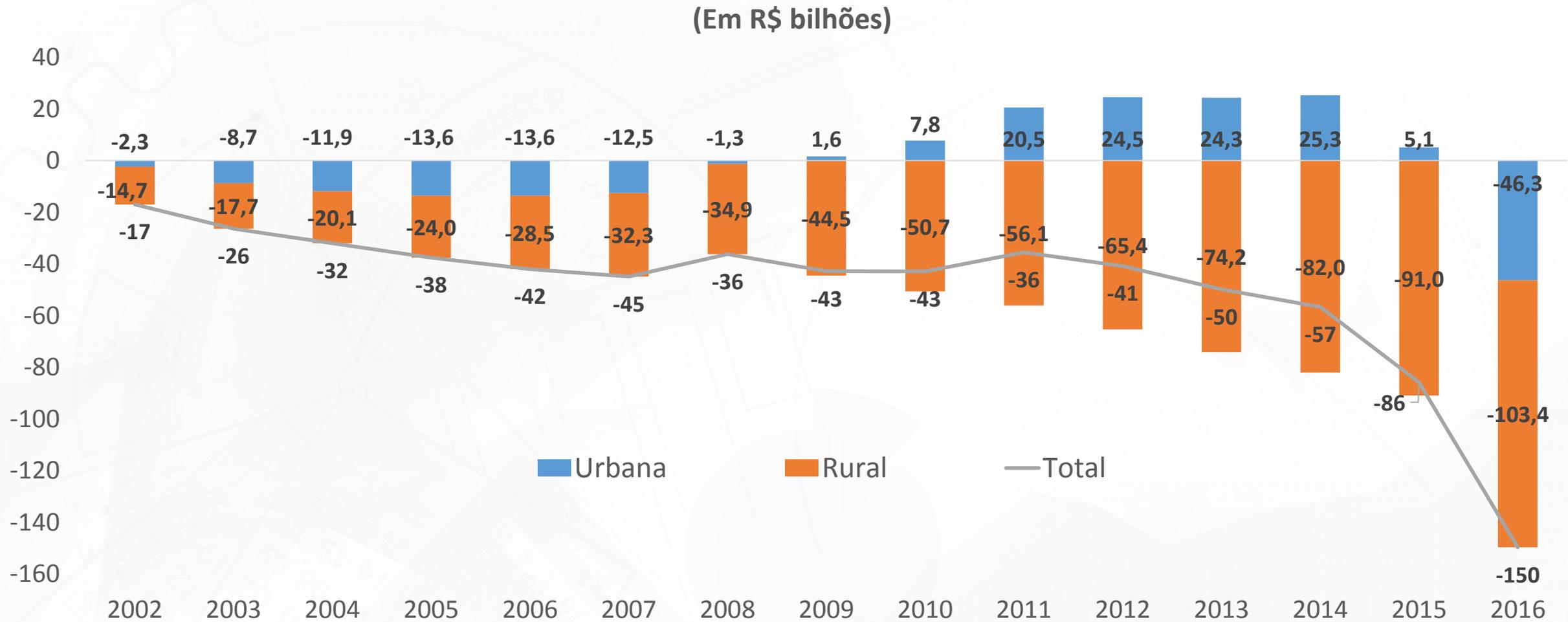
Fonte: OCDE, ONU, RGPS, RPPS, Estados e Municípios.

Elaboração: MPDG

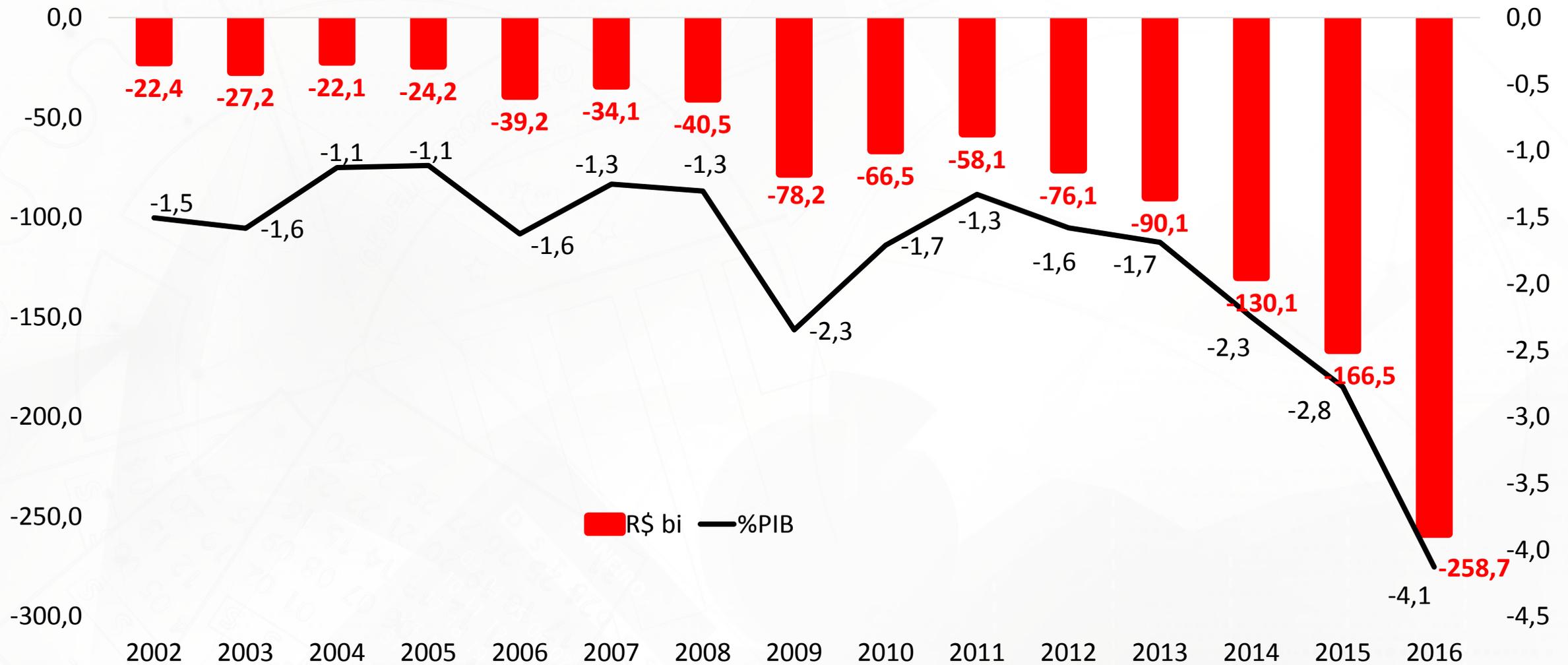
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



# PREVIDÊNCIA É DEFICITÁRIA, INCLUSIVE A URBANA



# EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DA SEGURIDADE SOCIAL



# MEDIDAS ADOTADAS POR OUTROS PAÍSES E ENTES FEDERADOS ANTE GRAVE CRISE FISCAL

## Grécia:

- Redução de 5% a 15% no valor das aposentadorias maiores que 1 mil euros.
- Taxação de 5% a 10% das aposentadorias acima de 1,4 mil euros.
- Congelamento das aposentadorias entre 2011 e 2015.
- Aumento da idade de aposentadoria das mulheres de 60 para 65 anos entre 2011 e 2013, sem regra de transição.

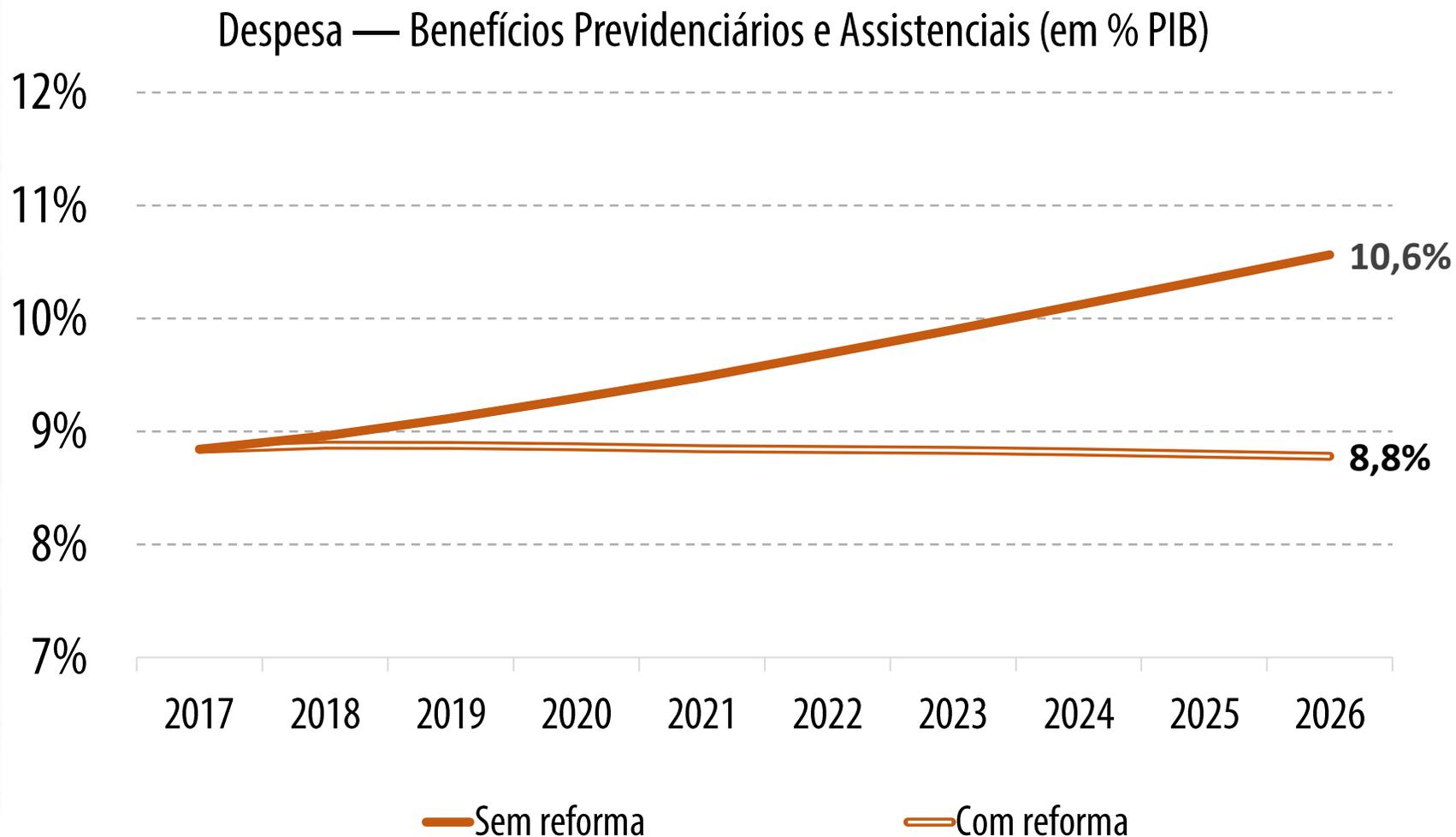
## Portugal:

- Extinção do pagamento de 13º e 14º dos aposentados com renda superior a 1,1 mil euros.
- Congelamento das aposentadorias em 2011.
- Cobrança de contribuição adicional de 3,5% para os aposentados com renda de 1 mil euros até 40% para aqueles com renda acima de 7,1 mil euros.
- Suspensão de aposentadorias precoces (57 anos) entre 2012 e 2014.

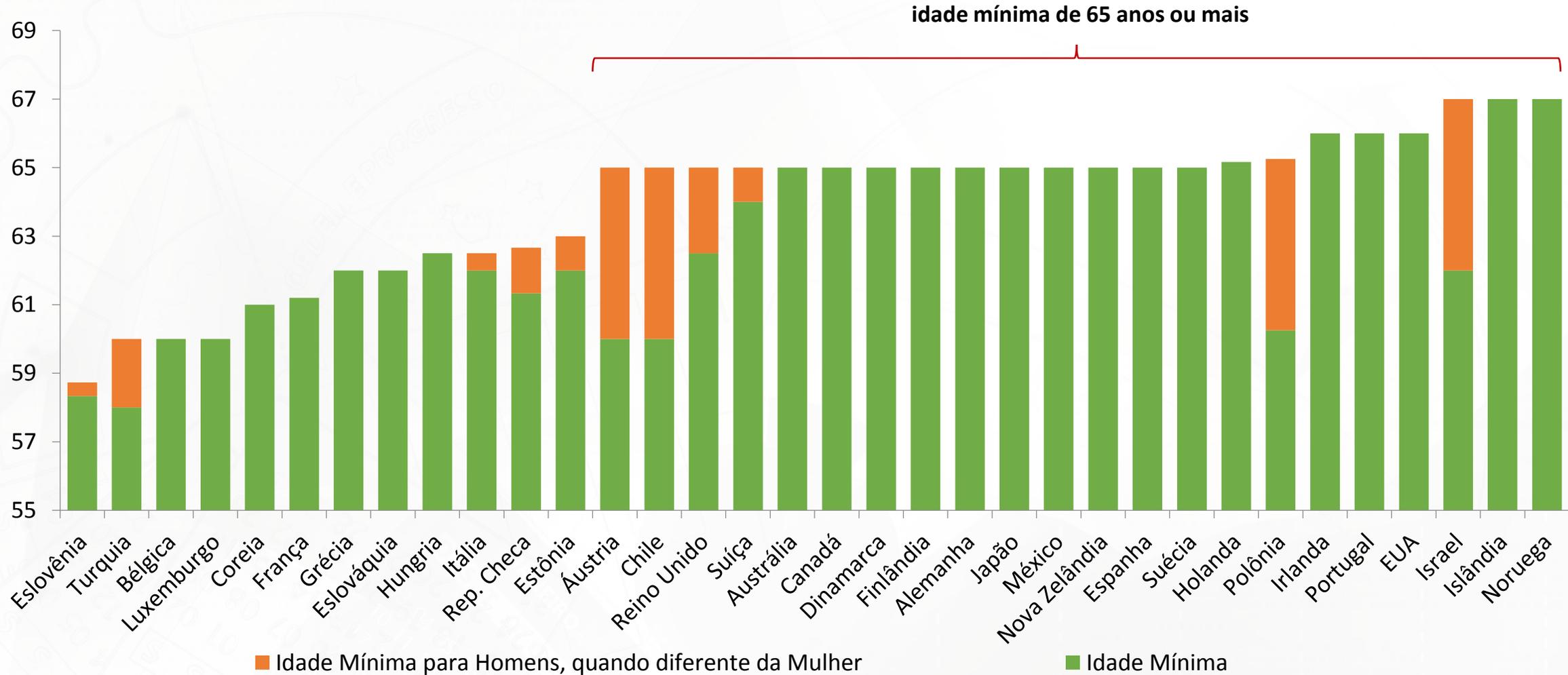
## Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul:

- Parcelamento de salários dos servidores públicos.

# REFORMA NECESSÁRIA ESTABILIZA A DESPESA EM % DO PIB

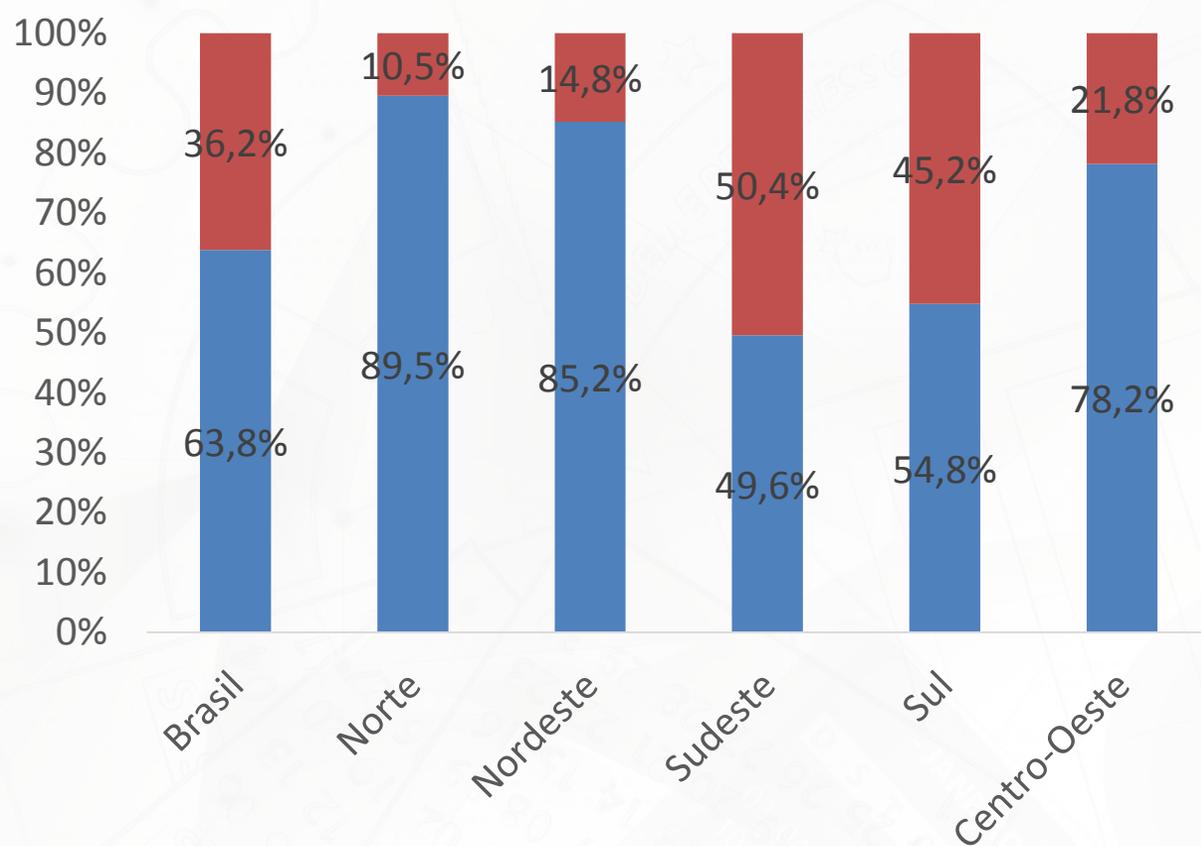


# ALINHAMENTO ÀS MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS



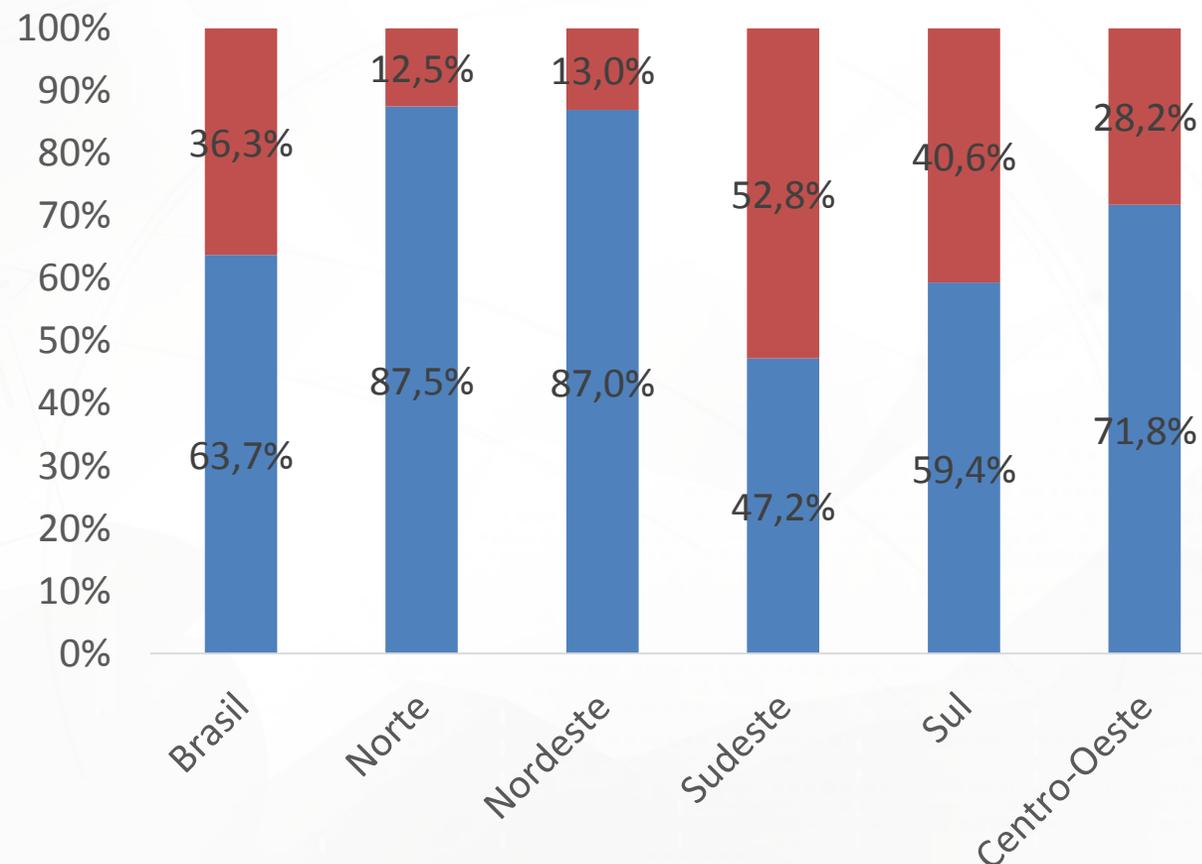
# JÁ EXISTE IDADE MÍNIMA, MAS APENAS PARA OS TRABALHADORES COM MENOR REMUNERAÇÃO

Modalidades de Aposentadorias (% do Total)



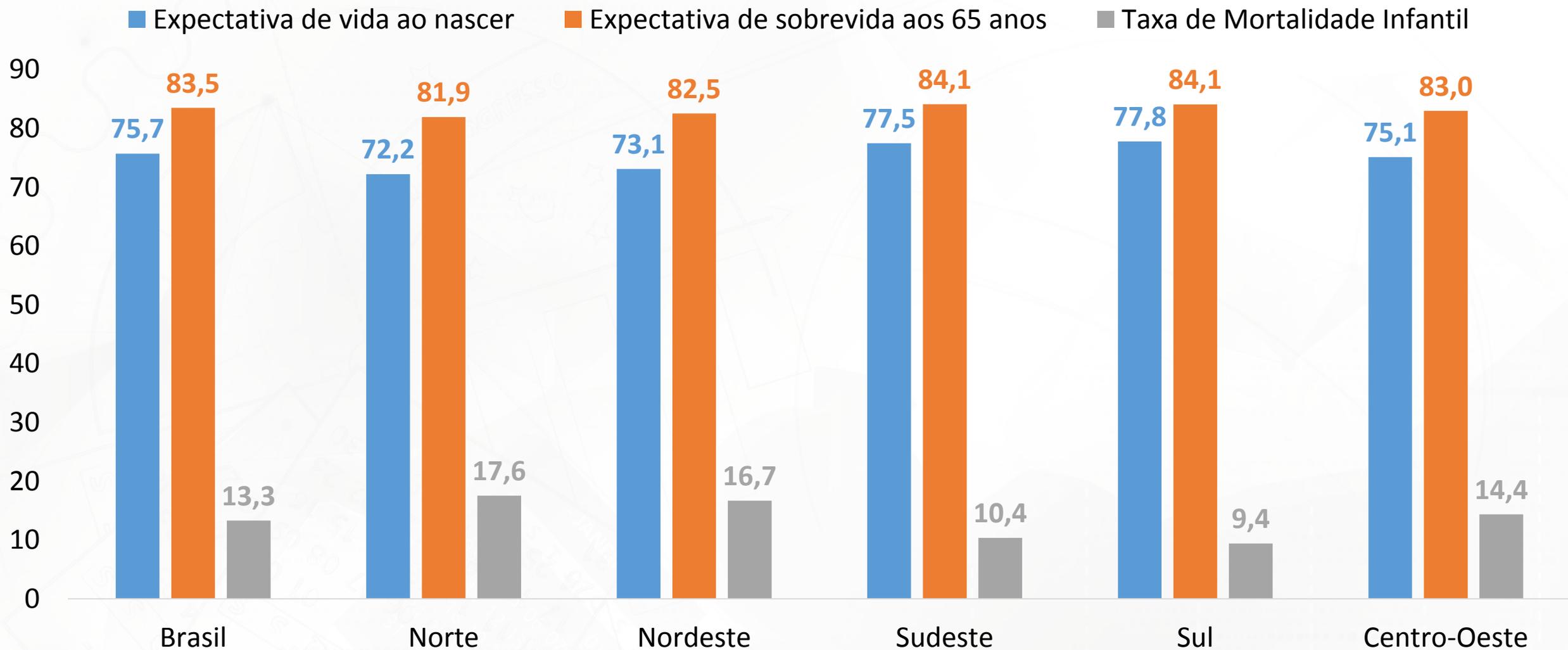
■ Aposentadoria por Tempo de Contribuição  
 ■ Aposentadoria por Idade

Aposentadorias por Faixa de Valor (% do Total)



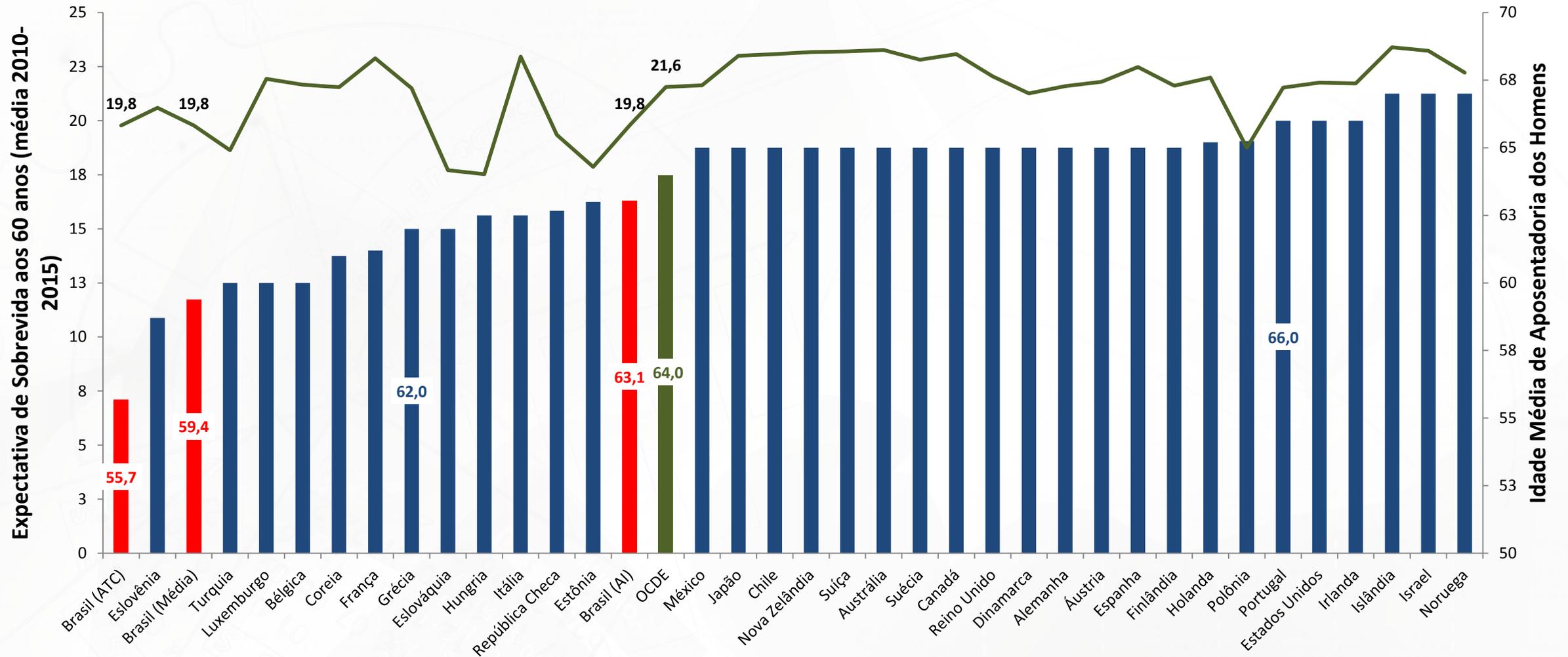
■ Aposentadorias de 1 SM      ■ Aposentadorias > 1 SM

# EXPECTATIVA DE SOBREVIDA AOS 65 ANOS NO NORDESTE É DE 17,5 ANOS, PRÓXIMA DA MÉDIA NACIONAL



Fonte: IBGE, Estimativas Demográficas em 2016. Elaboração: MPDG.

# OS HOMENS BRASILEIROS VIVEM 1,8 ANOS A MENOS DO QUE A MÉDIA DA OCDE E SE APOSENTAM 4,6 ANOS MAIS CEDO



# OBRIGADO!

**DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA**

**Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**